Ata da vigésima segunda reunião do Comitê Intersetorial Para o Desenvolvimento Integral Primeira Infância, doravante Comitê Primeira Infância, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, com início as quatorze horas e quarenta e dois minutos. O comitê se reuniu de forma presencial na sala do Núcleo de Educação Para a Paz - Justiça Restaurativa/SEDUC - situada na Praça dos Andradas, 25-34 - Centro Histórico, Santos – SP. **Presentes:** Anna Luiza Chicolet Serra - SEMULHER; Kátia Aparecida Guimarães Ramires - SEDUC; Carolina Ozawa - SMS; Adriana Maria Fraga Lopes - SEDS; Cláudio Zanin Eduardo - SEMES; Gláucia Santos dos Reis – SEMAM; Vera Lúcia Negrinho – SESERP; Igor Braga Perrone e Talita Lima de Oliveira - CMDCA; Fabiana Riveiro de Morais e Suzete Faustina dos Santos - CME. **Ausências justificadas**: Gustavo Ignácio Prado e Maria do Carmo Sofia de Paula – SEMULHER; **Ausências não justificadas**: Octavio Felinto Neto e Kelly Leal de Mouro Pinho – SEGOV; Wellington Paulo da Silva Araújo – SEMULHER; Cristina de Almeida Vida Madeira Costa e Patrícia de Pontes Ribeiro – SECULT; Sérgio Fernando dos S. Castanha e Herikeson Riechekmann Júnior – SESEG; Lenina Bento da Silva e Aline Bento Stipanich - CMSS. Pauta: 1 – Aprovação das atas anteriores (21ª reunião e reunião extraordinária); 2 - Devolutiva do documento do TCESP e Câmara Municipal; 3 - Inclusão dos itens de revisão do Plano para a 1ª Infância; 4 - Monitoramento do Plano (Por quem, quando e como); 5 – Pré-análise dos Documentos enviados pelas secretarias dos programas, projetos, ações, existentes para a Primeira Infância; 6 - Assuntos gerais. A reunião teve início com ambas as atas sendo aprovadas pelos presentes, sem necessidade de alterações e, portanto, aptas para a publicação. Com relação ao documento do TCESP e Câmara Municipal, já foi devolvido para a SEGOV, com as devidas considerações apontadas e discutidas na reunião extraordinária. A única alteração foi que, segundo a senhora Suzete Faustina (CME), todas as secretarias e seus devidos programas, estão prontos para serem monitoradas pelo Comitê, visto que há responsabilidade do mesmo, no primeiro momento de análises dos programas relacionados ao tema, junto as secretarias, é mais preponderante em relação a SEGOV, que elabora as peças orçamentarias conforme às recebe de cada secretária. Em conversa com o senhor Plínio Rolim de Aguiar Neto (SEGOV), ele disse que a atua, Lei de Diretrizes Orçamentarias, doravante LDO é válida até 2025, portanto, caso fosse possível fazer alguma alteração agora, seria alteração para um ano apenas, em razão de finalização de mandando de gestão. Ainda com a palavra, a senhora Suzete (CME) afirma que na próxima LDO, que começa em 2026 e termina em 2029, para ter chancela de todos os programas da Primeira Infância desenvolvidos pelo município, o Comitê precisa reconhecer em todas as secretarias, os seus programas exclusivos para a Primeira Infância e apresentar de forma documental para o atual DEORG, departamento orçamentário da prefeitura. A senhora Suzete Faustina (CME) aproveitou, ainda, para mencionar o PPAC, que não trata somente da Primeira Infância, mas das outras infâncias também e da juventude e se verifica o mesmo problema da falta de chancela exclusiva para os programas voltados a este segmento. Sobre a solicitação das respostas de algumas secretarias/autarquias sobre os programas desenvolvidos em seus respectivos órgãos, algumas secretarias não se reconhecem como atores de ações para a Primeira Infância, por isso, como pontua a senhora Suzete Faustina (CME), vai ser necessário pegar todas as respostas de cada uma dessas secretarias/autarquias e analisá-las; dividir entre os membros do Comitê para verificar os documentos enviados e chamar seus representantes para ponderar com os mesmos que as secretarias/autarquias, possuem programas voltados para a Primeira Infância. Como diz o senhor Igor Perrone (CMDCA), falta um entendimento por parte delas. Em conversa com a senhora Suzete Faustina (CME) sobre a questão d e documentos da Primeira Infância que estavam indo e voltando da Procuradoria Geral, o Senhor Rafael Oliva (Chefe de Gabinete) fez o seguinte questionamento: Se não seria melhor elaborar “um novo programa” para a Primeira Infância, reunindo todas as alterações e outras leis

que foram promulgadas ao longo dos últimos anos. Assim ficaria um documento mais robusto e uniforme. Nesse programa seria o retrato da Primeira Infância em Santos, seus desafios, metas, projetos, ações, monitoramento e resultados a alcançar. O comitê aprovou a ideia e a proposta e lançar em agosto, na última semana, que ocorrerá o seminário e também por causa do dia 25 de agosto, que de acordo com a LEI **Nº 4.471DE 30 DE ABRIL DE 2024,** tentar lançar até agosto, no Segundo Seminário Santos pela Primeira Infância. A senhora Suzete Faustina (CME) ainda pontua que o Comitê Gestor é parte de algo maior e, portanto, deve estar inserido neste programa. E se todos concordarem, é preciso começar a elaborar esse programa, fazendo reuniões extraordinárias, levando para/envolver os conselhos, para que eles também participem, ativamente, desta construção. Para elaboração do programa de Santos, é importante ler Planos/Programas de outros municípios, para ter uma base de estudo e fundamentar a montagem do programa. Sugeriu que o ideal é começar com o básico e posteriormente ter uma assessoria externa para fazer os complementos necessários. Já temos a possibilidade aberta de elaboração do programa, agora é fazer acontecer. Foi ressaltado que o ponto positivo é que já temos algumas coisas feitas, só não está encartado em documentos oficiais de governo. Entretanto, esse documento, para ter força de lei, precisar ir para a Câmara e no mais tardar, até o meio de junho, para a possibilidade de análises até o mês de agosto, conforme desejado pela comissão. Para a senhora Katia Ramires (SEDUC), o primeiro passo é saber quais são os objetivos do programa, já a senhora Fabiana Riveiro (CME) disse que é preciso otimizar o tempo, porque ele é escasso. Diante do exposto, alguns presentes, ponderaram que a adequação ao Plano Nacional, deveria ser posterior a aprovação do programa, porque assim já se faria as adaptações, normatizações, necessárias de forma alinhada. Ela ainda pontua que vai ser preciso se debruçar e estudar os novos eixos (da Natureza e do Belo), entender o que o as inserções federais, as ações colocadas para, depois, cada política refletir sobre a sua parte. A respeito do programa, a senhora Suzete Faustina (CME) informa que não há um prazo para apresentá-lo e que a questão é: “queremos fazer isso? ”. Os membros chegaram ao consenso que sim, que a existência de um programa é importante e deve ser feito. Com a palavra, a senhora Fabiana Riveiro (CME) enfatiza que é o Comitê que vai dar o tom para esse programa, e que o mesmo depende da visão das políticas em relação a concepção de Primeira Infância. Em reunião, foi acordado que serão necessários mais encontros para fazer dar certo o programa da Primeira Infância para Santos; o primeiro deles foi marcado para o dia sete de maio de 2024, às duas horas da tarde, na Sala de Situação do Paço Municipal. Sem mais nada a expor, foi dada por encerrada a reunião, às dezesseis horas e vinte minutos.

SUZETE FAUSTINA DOS SANTOS

Coordenação do Comitê Intersetorial Para o Desenvolvimento
Integral Para a Primeira Infância
Assinado no original